

## Subjetividade e Relativismo na História

*José Costa D'Assunção Barros*  
*Professor Adjunto - UFRRJ*

**Resumo:** Este artigo busca desenvolver algumas reflexões acerca da questão historiográfica do relativismo e da subjetividade no trabalho dos historiadores. A primeira parte do artigo apóia-se na reflexão de Jörn Rüsen sobre os diversos tipos de intersubjetividades que afetam a operação historiográfica. A segunda parte do texto busca estabelecer uma distinção entre o que é realmente afetado pelo relativismo e perspectivismo na História, e o que pode ainda ser referenciado a uma objetividade em História, assegurando a ampliação de uma base efetiva do conhecimento histórico.

**Palavras-Chave:** Historiografia, Relativismo, Subjetivismo.

A historiografia ocidental conheceu uma longa história de tensões entre a exigência que se faz ao historiador de referir-se objetivamente à realidade histórica e o gradual reconhecimento das várias subjetividades que envolvem o próprio trabalho historiográfico. Desde inícios do século XIX, quando a História começa a postular um estatuto de cientificidade, vemos o debate entre duas correntes paradigmáticas: o Positivismo e o Historicismo. De alguma maneira, os debates entre estes dois paradigmas acerca da pretensa neutralidade do historiador e da possibilidade de aproximar a História das ciências naturais, uma pretensão positivista, parecem ter trazido uma maior aceitação pelas proposições historicistas, mais tendentes ao relativismo. De igual maneira, o Materialismo Histórico, ao ressaltar que a História faz-se de um lugar e está pautada por marcas ideológicas, também contribuiu para o mesmo debate, ainda no século XIX. Seria possível ainda, em favor do reconhecimento das subjetividades que interferem no trabalho dos historiadores, lembrar a solitária reflexão filosófica de Nietzsche em seu célebre texto intitulado “Vantagens e Desvantagens da História para a Vida” (1873-1874).

Neste artigo, entreteceremos algumas considerações sobre a questão da subjetividade em História, mas considerando as posições de alguns

historiadores das últimas décadas do século XX. Sobre o complexo de subjetividades que afetam a própria posição do historiador, começaremos por lembrar as considerações de Jörn Rüsen (1996), um autor que teve o mérito de refletir em maior profundidade sobre os diferentes tipos de subjetividade que rondam a operação historiográfica, e que já chamava atenção para o fato de que o complexo de subjetividades que afetam o historiador desdobra-se na verdade em quatro dimensões fundamentais: a Perspectividade, a Retrospectividade, a Particularidade e a Seletividade. Consideremos, passo a passo, cada um destes itens característicos, que também foram evocados por Jörn Rüsen em um artigo que, neste primeiro momento, tomaremos por base (1996).

A *Perspectividade* relaciona-se à relação entre Presente e Passado, e sintetiza-se no celebre dito de Benedetto Croce que afirma que “toda história é contemporânea” (1917). Qualquer época coloca a si mesma novos problemas e impõe a seus historiadores um certo horizonte de perspectivas. Por outro lado, a *Retrospectividade* remete às relações entre Futuro e Passado de uma maneira bastante específica. Não raro um historiador desenvolve certas projeções ou expectativas sobre o futuro. Tal como salienta Rüsen, “interesses subjetivos, normas e valores, aspirações e ameaças”<sup>1</sup>, bem como outras expectativas sobre o futuro, podem influenciar decisivamente a leitura de um historiador sobre o passado. Tal, por exemplo, seria o caso de uma gama muito ampla de perspectivas teleológicas (isto é, de expectativas de que a História chegará a um determinado estado), das quais encontraremos exemplos nas utopias Iluministas sobre uma humanidade que finalmente atingiria o império da Razão Absoluta, ou também nas expectativas marxistas sobre a inevitabilidade do socialismo como estágio final do desenvolvimento humano. Quando o historiador constrói uma determinada expectativa sobre o futuro, esta, de uma maneira ou de outra, pode afetar a sua leitura do Passado. É como se o Futuro previsto ou desejado pelo historiador (venha ou não a acontecer) terminasse por estender sua influência sobre o Passado reconstruído por este mesmo historiador. Este termina por elaborar a sua leitura histórica com vistas a justificar, de uma maneira ou de outra, as expectativas que tem acerca do futuro.

A *particularidade*, conforme pontuavam Rüsen, refere-se mais propriamente à questão da Identidade. Todo historiador está inserido na construção de identidades. Se ele nasceu em determinado lugar ou se identifica com determinado país, estará inserido na construção coletiva de uma certa identidade nacional. Isto afetará a sua leitura historiográfica, como poderá afetá-la também a sua pertença a determinada religião, etnia, ou grupo social. Deste modo, a subjetividade do historiador dá-se no entrecruzamento

---

1 Jörn Rusen. “Narratividade e objetividade”. In: *Textos de História*. (Brasília, UNB, 1996, vol. 04, n. 01), 89.

de particularidades várias (isto é, de envolvimento com a construção de identidades diversas). Para se pensar esta correlação entre as várias particularidades pode-se utilizar, para acompanhar uma pertinente proposta encaminhada por Jörn Rüsen, o conceito de “intersubjetividade”. “Na medida em que cada identidade é particular, a inter-subjetividade, relativamente à diferença entre as particularidades, é uma questão de como correlacionar estas particularidades”<sup>2</sup>. Também teremos um tipo de intersubjetividade na relação entre as intersubjetividades específicas de cada historiador. Isto para além do fato de que as próprias dimensões da “perspectividade”, da “retrospectividade” e da “particularidade” também produzem uma relação inter-subjetiva.

A Intersubjetividade, reunindo tudo o que foi dito, refere-se à relação entre as várias dimensões que afetam o sujeito que produz o conhecimento histórico, à interação das várias particularidades, a tudo o que faz do historiador um sujeito singular e que dificulta qualquer projeto de radical “neutralidade” diante do processo de produção do conhecimento histórico. No limite, a própria comunidade dos historiadores constitui uma rede de intersubjetividades, na qual cada ponto afeta de alguma maneira o outro, produzindo indelévels ou explícitas pressões que impõem um certo horizonte de possibilidades à produção do conhecimento histórico em determinada época, em determinada espacialidade, em determinada comunidade historiográfica. Resistir de alguma maneira à rede de intersubjetividades que é constituída pela totalidade da comunidade de historiadores é possível a um historiador específico, e de fato isto ocorre, caso contrário as inovações seriam bastante dificultadas, mas trata-se de todo modo de um processo complexo, por vezes gerando movimentos imprevisíveis, e que se dá ainda em interação com o contexto histórico mais amplo.

Por fim, para retomarmos as dimensões propostas por Rüsen, teremos a *Seletividade* – um aspecto interferido pelos três primeiros – e que corresponde ao modo como a subjetividade afeta o conteúdo empírico, aquilo que será selecionado como fonte histórica ou aquilo que poderá ser extraído da fonte de acordo com uma determinada perspectiva. Ou, nas palavras de Jörn Rüsen:

“Somente um certo tipo de informação extraído do material das fontes torna-se relevante para a pesquisa, ou seja, aquele que vai ao encontro da operação subjetiva de produção de sentido, significado e significação do passado para os problemas de orientação do presente”<sup>3</sup>.

Historiadores de diferentes épocas (afetados por distintas “perspectividades”), com diferentes expectativas sobre o futuro (sujeitos a produzir diversificadas “retrospectividades”), e mergulhados nas suas

---

2 Rusen, “Narratividade”, 98.

3 Rusen, “Narratividade”, 90.

singulares “particularidades” (pertença a identidades diversas), selecionarão elementos distintos das fontes históricas por eles constituídas. Da documentação disponível, das evidências que poderiam estar acessíveis à operação historiográfica, dos conteúdos empíricos diversos, da experiência histórica, enfim, os diversos historiadores só conseguirão extrair determinadas informações e não outras, só poderão elaborar certas leituras que se relacionam aos problemas e horizontes de leitura que os afetam.

A escolha ou constituição do próprio tema de estudo é ela mesma produto de uma intersubjetividade que se tornou possível em determinadas condições. Estudar a História da Loucura, por exemplo, tornou-se possível nas últimas décadas do século XX; a nenhum historiador do século XIX ou XVIII ocorreria de constituir a Loucura como objeto de pesquisa historiográfica. Também não é por acaso que no século XX – quando a mulher se afirma no mercado de trabalho, na conquista de uma cidadania plena, no mundo cultural – surjam inúmeros estudos sobre a História da Mulher e sobre as relações de Gêneros. Do mesmo modo, é também neste mesmo século, no qual se tornam expressivos os movimentos de massa e a industrialização que se intensificam extraordinariamente, que surgirá uma História do Trabalho, uma História do Movimento Operário, e, mais tarde, uma História dos Grupos Subalternos. Obviamente que as exceções existem, o que apenas confirma a regra. No século XIX, Jules Michelet (1798-1874) se arriscaria a escrever sobre a *Mulher*, a *Feiticeira*, o *Povo*<sup>4</sup>. E, em 1835, John Wade (1788-1875) havia já escrito uma *História das Classes Médias e Trabalhadoras*<sup>5</sup>.

Outro exemplo de Seletividade refere-se aos fatos históricos. Um fato histórico não existe por si mesmo. Ou, como dirá Jörn Rüsen:

“um tal fato não possui sentido, significado ou significância especificamente históricos em si próprio. Ele se reveste deste sentido “histórico” apenas numa determinada relação temporal e semântica para com outros fatos. Essa relação é produzida pela interpretação histórica”<sup>6</sup>.

Edward Carr, em sua obra *O que é História* (1961), ilustra esta questão com um exemplo bastante significativo. Atravessar um riacho, poderá ser considerado um fato histórico? Dizia Carr que “é o historiador quem decide por suas próprias razões que o fato de César atravessar aquele pequeno riacho, o Rubicão, é um fato da história, ao passo que a travessia do Rubicão por milhões de outras pessoas antes ou desde então não interessa a ninguém em absoluto”<sup>7</sup>. Rigorosamente, é o problema historiográfico que se

---

4 Jules Michelet, *A Feiticeira*, (São Paulo: Círculo do Livro, 1974 [original: 1862]); *A Mulher*, (São Paulo: Martins Fontes, 1995 [original: 1844]); *O Povo*, (São Paulo: Martins Fontes, 1988 [original: 1845]).

5 John Wade, *History of the middle and working classes*, (London: Effingham Wilson, 1833).

6 Rüsen, “Narratividade”, 91.

7 E. H. Carr, *O que é História*, (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982), 15. O rio Rubicão – um

tenha em vista o que poderá definir se o ato de Júlio César ter atravessado o Rubicão com suas tropas, em 49 a.C, de modo a declarar guerra a Pompeu, será mesmo um fato histórico ou não. Para uma História Política do Império Romano, este certamente será um fato de primeira ordem. Mas para uma História Demográfica do Império Romano, a travessia do Rubicão por César não terá qualquer importância, enquanto que o fato de milhares de pessoas o terem atravessado em correntes migratórias é que poderá adquirir relevância. O problema, o enfoque, a conexão de modalidades históricas que se constitui ao se delimitar um objeto de estudos, é que permitem aos historiadores selecionarem um fato, dentre a infinidade de outros acontecimentos, para o configurarem em um “fato histórico”. A formulação de problemas, por outro lado, estes e não aqueles, corresponde precisamente a esta dimensão que poderemos chamar de “seletividade”.

As reflexões de historiadores como Jörn Rüsen, buscando compreender na sua especificidade cada uma das subjetividades que afetam a operação historiográfica, tem sido fundamentais para o auto-conhecimento da História acerca das condições que envolvem os seus próprios fazeres. Conforme já pontuamos, já foi muito discutida a questão do relativismo, ou do perspectivismo, na prática historiográfica, e ainda no século XIX, um longo debate opondo historicistas e positivistas, e admitindo posições entre estas duas correntes, praticamente atravessa todo o século – vindo a culminar com autores como Droysen (1868)<sup>8</sup> e Dilthey (1883)<sup>9</sup> que, do lado historicista, reconhecem que as subjetividades pertinentes a cada historiador

---

riacho italiano que hoje possivelmente coincide com o Rio Pisciatello – ficou celebrizado na História da Antiguidade pela sua posição estratégica e administrativa, já que seu curso d’água assinalava a divisa entre a província romana da Gália Cisalpina e o território que se ligava à jurisdição de Roma. O Direito Romano, no período da República, proibia qualquer general romano de atravessá-lo com tropas ao retornar de campanhas ao norte de Roma, pois dada a posição estratégica da região isso possibilitaria manobrar grandes contingentes de tropas militares no núcleo próprio do Império Romano, o que poderia ensejar ameaças ao poder central. Na época do Triunvirato, o poder romano estava partilhado por César, Pompeu e Crasso. A certa altura, Crasso morreu em uma manobra militar desajeitada, ao atravessar um vale estreito em uma batalha contra os sírios que terminou por permitir que estes massacrassem o seu exército (data daí a expressão “erro crasso”, conforme já pode ser visto em PLUTARCO, *Vida de Crasso*). Desfeito o Triunvirato, que permitia um certo equilíbrio entre os três generais, o confronto entre César e Pompeu seria inevitável. Neste contexto, Júlio César terminou por atravessar o Rubicão em 49 a.C, o que correspondia simultaneamente a uma violação da lei e a uma declaração de guerra que anunciava a determinação de controlar o poder total sobre o Império. Ao atravessar o riacho, César teria proferido a célebre frase “*Alea jacta est*” (“a sorte está lançada”). Depois disso, a frase “atravessar o Rubicão” passou a ser utilizada sempre que alguém decide empreender uma decisão arriscada e irrevogável.

8 J. Gustave Droysen, *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. org. Peter Leyh, (Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1977).

9 Wilhelm Dilthey, *Introduction to the Human Sciences*, (Princeton: Princeton University Press, 1991), (1º volume da Introdução ao estudo das Ciências do Espírito, 1883) <http://ning.it/gIrxM8>.

afetam de maneira incontornável o resultado historiográfico. No início século XX, são igualmente notórios os debates levantados pelos presentistas norte-americanos, que, tais como Charles Beard (1935)<sup>10</sup> e Carl Becker (1932)<sup>11</sup>, discorreram amplamente em torno das diversas subjetividades que afetam o trabalho dos historiadores, bem como sobre como uma época reconstrói através do seu Presente os “passados” a serem construídos pela historiografia. De igual maneira, as colocações de Michel Foucault (1973)<sup>12</sup> sobre a relatividade do conceito de “Verdade”, reeditando de novas maneiras e quase um século depois as antigas considerações de Nietzsche (1873)<sup>13</sup> sobre a construção do conhecimento, estenderam influências diversas sobre o campo dos historiadores, sendo Paul Veyne (1971)<sup>14</sup> apenas um dos vários nomes que poderiam ser citados. Na esteira de Hayden White (1973)<sup>15</sup> e de outros, que consideraram a centralidade da idéia de que a história é um texto narrativo em forma de prosa ou um discurso, não tardariam a surgirem historiadores pós-modernos prontos a colocar em xeque a própria possibilidade de a História atingir de algum modo algo que pudesse ter o estatuto de realidade.

Estas posições, e muitas outras – e ainda haveria a citar nomes do porte de Michel de Certeau (1974)<sup>16</sup> e de Reinhart Koselleck (1979)<sup>17</sup> – contribuiriam cada qual a seu modo para trazer a questão do “relativismo” ao centro das discussões sobre a História como campo de saber específico. As reflexões mais sistemáticas elaboradas por Jörn Rüsen, que discutimos na primeira parte do artigo, pontuam bem o conjunto de aspectos a serem considerados.

Nesta segunda parte do artigo, gostaríamos de discorrer sobre o fato de que a progressiva consciência do homem ocidental contemporâneo acerca da historicidade e da relatividade de todo ponto de vista, tão bem observada por Gadamer em *O Problema da Consciência Histórica*<sup>18</sup> (1998, p.17), não

---

10 Charles Beard, “That noble Dream”, *The American History Review*, (1935, n°41, p.74-87). <http://ning.it/hyjI2l>.

11 Carl Becker, “Everyman his Own Historian”, *The American Historical Review*, (1932, n°2).

12 Michel Foucault, *A Verdade e as Formas Jurídicas*, (Rio de Janeiro: PUC, 2003 [original: conferências proferidas em 1973]).

13 Friedrich Nietzsche, “Considerações extemporâneas”, In: *Obras incompletas. Seleção de textos de Gérard Lebrun*, (São Paulo: Nova Cultural, 1991. [originais: 1873-1874]).

14 Paul Veyne, *Como se Escreve a História*, (Brasília: UNB, 1982).

15 Hayden White, *A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX*, (São Paulo: EDUSP, 1972).

16 Michel de Certeau, “A Operação Historiográfica”, In *A Escrita da História* (Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982), 65-119.

17 Reinhart Koselleck, *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*, (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006).

18 Hans-Georg Gadamer, *A Consciência Histórica*, (Rio de Janeiro: FGV, 1998 [original:

pode nem deve levar os historiadores ao imobilismo. Certos setores de uma historiografia que muitos denominam pós-moderna por vezes parecem acenar mesmo com o fim da própria História enquanto campo de saber capaz de oferecer leituras confiáveis da realidade. Mas a verdade é que há “relativismos” e relativismos, poderíamos dizer. Concordar com a posição que reconhece as implicações da relatividade de todo ponto de vista para a História, e com ao fato de que a historicidade também atinge radicalmente o próprio historiador, não deve ser pretexto para considerar a historiografia inoperável, ou como algo que pode se configurar em mera redução ao discurso.

O “relativismo absoluto” – se pudermos utilizar com alguma ironia esta paradoxal expressão – pode levar, no limite, a se considerar que, no decurso da historiografia, só há opiniões, todas válidas, e que estas diversas opiniões e análises que emergem dos trabalhos dos historiadores estão sempre destacadas umas das outras, presas aos seus Presentes e às subjetividades pessoais de cada historiador. Este tipo de relativismo leva de fato a uma inoperância. O relativismo útil, contudo, é aquele que – ainda que considere a relatividade de cada posicionamento historiográfico e análise, e, na verdade, exatamente por isto – reconhece que na Historiografia há algo que se acumula e que contribui dialogicamente para as futuras análises historiográficas, assim como, da mesma maneira, existe também um descarte a ser considerado. A Historiografia está repleta de análises sobre eventos históricos específicos que hoje já são descartadas em sua validade, por terem sido refutadas empiricamente através das fontes ou por não terem sobrevivido no plano de logicidade de suas argumentações quando colocadas à luz de novos conceitos e desenvolvimentos das reflexões historiográficas.

Diria o “relativismo absoluto”, talvez, que estas posições que indicamos como “descartadas” são tão válidas quanto outras, pois são pontos de vista como os demais. Mas rigorosamente não é assim. Tanto existem as posições e análises historiográficas que vão sendo descartadas ao longo do desenvolvimento da historiografia por falhas irrecuperáveis aos níveis empírico ou lógico, ou mesmo em função de descobertas irrefutáveis de informações e documentos, como existem também análises interessantes e válidas que vão se acumulando no decorrer da história da historiografia, alimentando outras, abrindo caminhos, permitindo que haja um acúmulo maior de complexidade que permite dizer que a historiografia relativa a certo problema histórico examinado não deixa de progredir, ou ao menos expandir-se com maior profundidade, de alguma maneira. Não se trata de um “progresso” no sentido iluminista, de verdades irrefutáveis que vão superando outras, mas de um progresso ao nível de acúmulo de complexidades, de repertórios de análises, de enriquecimento dos desenvolvimentos conceituais e metodológicos. Não há por que negar este progressivo desenvolvimento teórico-metodológico – ou, se se quiser, este “enriquecimento teórico-metodológico” que vai de uma

---

1996]).

maneira ou outra a historiografia à medida que ela recebe mais contribuições pertinentes.

Existem ainda outras questões envolvidas nesta polêmica. Uma coisa são os fatos históricos, as informações colhidas e verificadas por historiadores ao longo do seu paciente trabalho no decurso das várias eras historiográficas. Outra coisa são as análises destes historiadores, mais especificamente aquelas que implicam em interpretações. As diversas análises historiográficas podem ou não se ligar cumulativamente. Há por exemplo sequências que se formam a partir do diálogo de historiadores com outros historiadores com relação a determinado assunto, e outras sequências igualmente encadeadas que podem se opor às primeiras. E, como já dissemos, podem ocorrer na história da historiografia sequências descartadas, por terem se revelado, por exemplo, ingênuas ou inoperantes.

De todo modo, é preciso distinguir o mero factual, a informação, do “fato histórico” construído pelo historiador. Podemos lembrar aqui as palavras de Walter Benjamin, no final de suas “*Teses sobre o Conceito de História*” (1940)

“O historicismo [Benjamin utiliza esta expressão para confrontar um modo historizante, factual, de trabalhar a história] se contenta em estabelecer um nexos causal entre vários momentos da história. Mas nenhum fato, meramente por ser causa, é só por isso um fato histórico. Ele se transforma em fato histórico postumamente, graças a acontecimentos que podem estar dele separados por milênios. O historiador consciente disto renuncia a desfiar entre os dedos os acontecimentos, como as contas de um rosário. Ele capta a configuração em que sua própria época entrou em contacto com uma época anterior, perfeitamente determinada. Com isso, ele funda um conceito de presente como um ‘agora’ no qual se infiltraram estilhaços do messiânico”<sup>19</sup>

Com relação aos dados e informações colhidos por historiadores no decurso de seu trabalho, uma boa parte destas informações se acumula, sim, passando a constituir um universo utilizável por todos os historiadores à medida que se desenvolve a história da historiografia. Já ficou provado, por exemplo, que a célebre “Carta de Doação de Constantino” não foi de fato um documento produzido na época de Constantino e assinado pelo Imperador Romano, mas sim uma falsificação medieval oriunda de certo setor eclesiástico. Nenhum historiador hoje trabalharia mais com a informação de que a “Carta de Doação de Constantino” seria um documento romano. A já comprovada informação sobre a falsificação deste documento faz hoje parte do repertório de informações de qualquer historiador da Antiguidade ou da Idade Média (pois é útil ao estudo de ambos os períodos: ao da Antiguidade

---

19 Walter Benjamin, “Tese sobre o conceito de história”, In: *Walter Benjamin: obras escolhidas - magia e técnica; arte e política*, (São Paulo: Brasiliense, 2008), 232.

Romana, para que se saiba que tal documento nunca existiu naquela época; ao período medieval, para que se analise esta falsificação como um fato histórico importante da Idade Média)<sup>20</sup>. Enfim, nenhum historiador afirmará hoje, diante das evidências e comprovações, que pode haver uma “opinião” diferente sobre a falsificação da “Carta de Doação de Constantino”<sup>21</sup>. De igual maneira, é mais do que evidente para todos os historiadores atuais o fato de que constituíram mais um caso de falsificação documental os célebres “Protocolos dos Sábios do Sião” (1897), documento forjado na Rússia czarista e depois reaproveitado pelos ideólogos nazistas para tentar mostrar que existiria uma “conspiração judaico-maçônica para dominar o mundo”, justificando assim a perseguição anti-semita na Alemanha hitlerista<sup>22</sup>.

---

20 Já desde a segunda fase do historicismo oitocentista, aliás, tem sido formulada mais claramente a idéia de que o historiador não deve tirar proveito apenas dos documentos cuja procedência foi aprovada pela “crítica de autenticidade”. Um ‘documento falso’ é tão importante para um historiador quanto um ‘documento autêntico’, desde que o problema histórico que orienta a pesquisa possa trazer para uma posição de relevância esta ‘falsificação documental’ – aqui considerada como um fato histórico que ocorreu em algum momento. Em um texto de *Historik*, escrito em 1858, Johann Gustav Droysen registra as seguintes palavras: “A comprovação da não-autenticidade está completa quando a época, a origem e a finalidade da falsificação são comprovadas; a falsificação verificada dessa forma, se for encarada de uma outra maneira, pode tornar-se um material histórico muito importante” (J. Gustave Droysen, *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*. org. Peter Leyh, (Stuttgart: Fromann-Holzboog, 1977), 92).

21 A *Carta de Doação de Constantino* havia sido falsificada entre 750 e 850 por monges medievais com o fito tanto de resguardar a Igreja Ocidental nas suas pretensões territoriais, como de fazer dupla frente às reivindicações de liderança cristã da Igreja Bizantina e às pretensões imperiais de Carlos Magno, que no auge de poderio do Império Carolíngio assumira para si a antiga dignidade imperial no Ocidente e com esta o título de “Imperador dos Romanos”. De fato, a Carta de Doação de Constantino registra um (falso) ato através do qual o Imperador Constantino I teria doado ao Papa Silvestre e seus sucessores a primazia sobre a Igreja do Oriente e também o *imperium* – poder imperial sobre o Império Romano do Ocidente. Na extensa história de confrontos entre Papado e Império na Idade Média, o imperador Ótão III (980-1002) já havia denunciado o documento como uma falsificação, e Dante Alighieri (1265-1321) também mencionara a falsidade do documento na *Divina Comédia* (1307-1321). Mas caberia a Lorenzo Valla demonstrar rigorosamente a falsificação, a partir de argumentação filológica habilmente desdobrada no seu tratado *De falso credito et ementita Constantini donatione declamatio* (1440). Lorenzo Valla demonstra que parte do latim utilizado no texto não poderia ter sido escrita no século IV d.C. Esta crítica a partir do vocabulário de um texto e do estado de desenvolvimento de uma língua constituiu um grande marco para a crítica de autenticidade documental, e a partir daí a análise filológica passou a ter um papel destacado na crítica historiográfica de autenticidade documental.

22 Os *Protocolos dos Sábios do Sião*, texto que descrevia um projeto de conspiração para domínio mundial sob a liderança judaica, foram forjados em 1897 pela *Okhrana* (polícia secreta do Czar Nicolau I). O texto apresenta-se como uma ata que teria sido redigida em um misterioso Congresso realizado a portas fechadas, na Basileia, no ano de 1807, no qual um grupo de “sábios” judeus e maçons teriam se reunido em assembléia para planejar um esquema

Inúmeros fatos, embora não todos, são incontestáveis ao olhar dos historiadores atuais – e com relação a isto não é nada difícil encontrar uma infinidade de exemplos – embora certamente possam se multiplicar as interpretações historiográficas que encontram sentido para cada um destes fatos, ou que conectam uns fatos a outros de modo a produzir determinada maneira de compreender certo processo histórico. Os dinossauros *não* conviveram com o homem pré-histórico; atenienses e espartanos se confrontaram belicamente, entre 431 e 404 a.C, por ocasião da chamada “Guerra do Peloponeso”; a tomada da Bastilha ocorreu no período da Revolução Francesa; no início do período moderno; a serviço da Espanha, Cristóvão Colombo esteve no continente que em 1507 seria denominado América; os nazistas torturaram e assassinaram milhões de judeus em campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial; os americanos foram os primeiros a enviarem um astronauta para a Lua, em 1969; o World Trade Center foi brutalmente demolido em 11 de setembro de 2001 por um ataque terrorista islâmico que utilizou aviões comerciais seqüestrados; e não foram encontradas armas químicas no Iraque quando este país foi invadido em março de 2003, sob este pretexto, pelas tropas americanas de Georges Bush<sup>23</sup>. Dificilmente algum historiador questionaria atualmente qualquer destes fatos, ou muitos outros, de modo que, nos dias de hoje, eles constituem uma base factual comum, adquirida pela historiografia. Com pouquíssima probabilidade, esta base de dados factuais será algum dia modificada. A não ser que alguma civilização futura, que venha a substituir a nossa, produza a decisão coletiva de “esquecer” um dia estes acontecimentos por considerá-los insignificantes ou então para se proteger, através do recalque, de seus aspectos traumáticos, e a não ser que sistemas políticos sejam bem sucedidos em manipular a História, o cogumelo atômico que um dia foi produzido pela bomba atômica despejada sobre a cidade de Hiroshima será sempre um dado

---

de dominação mundial. Repetidas investigações, já desde a década de 1920, revelaram que o documento era falso; mas isso não impediu que Hitler e o seu serviço de Propaganda citassem mais tarde o documento para seus próprios fins, acrescentando este elemento para justificar as suas ações anti-semitas. Para o desmascaramento da falsificação na própria década de 1920, ver Lucien Wolf, *The Jewish Bogey and the Forged: Protocols os the Learned Elders of Zion*, (London: Press Committee of the Jewish Board of Deputies, 1920).

23 O presidente americano George Bush, já ao fim de seu governo, reconheceu em uma entrevista para a *ABC World News* (dezembro de 2008) que “o fato mais lamentável de seu governo foi a informação equivocada de que havia armas de destruição em massa”. Para a História, não há mais como negar o fato de que o Iraque não possuía armas nucleares naquele momento, ou que, ao menos, nenhuma arma nuclear foi encontrada pelos americanos. Podem-se formular inúmeras interpretações sobre os acontecimentos que levaram o governo americano a falsear este fato ou a explorar esta informação equivocada, mas o fato de que o Iraque de Saddam Hussein não possuía ogivas nucleares na ocasião da invasão americana será dificilmente questionável um dia.

a ser considerado pelos historiadores.

É claro que, apesar de certos fatos serem praticamente incontestáveis de acordo com a ampla maioria dos historiadores, não vindo a se constituir mais em objeto de discussão entre eles, nada disso impede, por outro lado, que surjam tentativas esdrúxulas de tentar “provar” que certos acontecimentos não ocorreram, ou mesmo que se efetivem esforços direcionados para falsear a história. Foi assim que Ignácio Olagüe pretendeu mostrar que não teria ocorrido a invasão árabe da Espanha no século VIII (!), em uma obra que chegou mesmo a ter alguma repercussão nas décadas de 1960 e 1970. De igual maneira, Gavin Menzies<sup>24</sup> tenta mostrar que a descoberta da América deveria ser atribuída ao almirante chinês Zheng He, em 1421 (!). O caso mais surpreendente, porque muitas vezes abrigando motivações amparadas em interesses ideológicos de falsear a história para negar crimes contra a humanidade, refere-se às teses do chamado “negacionismo do holocausto”, algumas das quais pretendendo demonstrar que os campos de concentração alemães nunca existiram e que, concomitantemente, o projeto de extermínio dos judeus não ocorreu.

Contariamente às teses “revisionistas” ou “negacionistas”, como em geral são denominadas, as evidências acerca da construção de câmaras de gás em diversos dos campos de concentração alemães são hoje inquestionáveis<sup>25</sup>, mesmo que possam existir trabalhos empenhados em questionar estas evidências, tal como ocorreu com alguns dos autores ligados ao chamado “revisionismo do holocausto”<sup>26</sup>. Sobre isto, podemos evocar os comentários de Koenraad Elst contra o chamado “negacionismo”, que procura simplesmente negar os crimes contra a humanidade praticados no regime nazista alemão liderado por Hitler:

“Negacionismo significa a negação de crimes históricos contra a humanidade. Não é a reinterpretação de fatos conhecidos, mas a negação de fatos conhecidos. O termo negacionismo ganhou destaque como nome de um movimento que nega um crime específico contra a humanidade, o genocídio de judeus cometido pelos nazistas entre 1941 e 1945, conhecido

---

24 Gavin Menzies, *1421: el año en que China descubrió América*, (Madrid: Ed. Debolsillo, 2005).

25 Michael Shermer e Alex Grobman. *Denying History: who Says the Holocaust Never Happened and why Do They Say It?*, (Los Angeles: University of California Press, 2000).

26 Um dos mais notórios negacionistas do holocausto foi o crítico e pesquisador de literatura Robert Faurisson, que, após defender teses rejeitando a ocorrência do Holocausto como um projeto efetivo da Alemanha Nazista, e de sustentar que não teriam existido campos de concentração com finalidades de extermínio, foi acusado por muitos de “falsear a história”. Contra esta acusação, Faurisson escreveu um livro de memórias (Robert Faurisson, *Mémoire en défense contre ceux qui m'accusent de falsifier l'histoire*, (Paris: La Vieille Taupe, 1980). Outro negacionista foi o bispo católico Richard Williamson, que também insistia na veracidade dos *Protocolos dos Sábios do Sião*.

também como *holocausto* (do grego: “sacrifício no fogo”) ou Shoah (do hebreu: “desastre”). O negacionismo é identificado propriamente com os esforços em reescrever a história de tal maneira que o acontecimento do Holocausto seja omitido”<sup>27</sup>.

Uma boa parte de elementos históricos factuais, ou melhor, de comprovações confiáveis acerca de elementos factuais, acumula-se no sempre crescente repertório factual historiográfico. Além disto, é inegável o florescimento de alguns dos mais eficazes métodos à disposição dos historiadores, seja para coletar dados, seja para analisá-los, assim como é nítida a crescente organização e acesso a fontes as mais diversas, das quais podem ser extraídas evidências, informações e passagens para análise discursiva. Isto tudo permite que os historiadores de hoje lidem inegavelmente com um número maior de materiais e recursos do que todas as gerações que os precederam. Sobre isto, o historiador alemão Reinhart Koselleck expressa-se, em um texto relativamente recente, da forma particularmente exemplar:

“Os historiadores podem se referir ao enorme êxito que a ciência histórica, lentamente constituída desde os inícios da época moderna, alcançou com seus métodos. Em duzentos anos, aprendemos mais sobre o passado da humanidade do que ela antes jamais pudera saber sobre si mesma. É certo que deixamos de conhecer muita coisa, por conta do mau estado de conservação (ou ausência) das fontes, mas. Por outro lado, tivemos acesso a informações que escaparam aos que foram contemporâneos dos acontecimentos. Portanto, de certa maneira, temos mais informação a respeito do passado do que jamais fora possível ter. Uma tal defesa do historiador, baseada na pesquisa empírica, é conclusiva e difícil de contestar”<sup>28</sup>.

O acesso e informações relacionadas a acontecimentos históricos, portanto, acumulam-se objetivamente como recursos disponíveis aos historiadores. Claro, poderemos sempre unir fatos diversos de novas maneiras para construir novas interpretações – e isto é uma coisa. Poderemos sempre trazer para a centralidade do interesse histórico elementos factuais que antes eram desprezados, e deslocar para a periferia outros que um dia pareceram dignos de centralidade. A seleção de fatos, ou melhor, a sua constituição, é também um gesto carregado de subjetividades. Mas de todo modo, não poderemos nunca, como historiadores, deixar de reconhecer uma evidência já comprovada, que não depende de mera interpretação. Podemos discutir análises, posições interpretativas (e, mesmo assim, há já algumas que já

---

27 Koenraad Elst, *Negationism in India - Concealing the Record of Islam*, (New Delhi: The Voice of India, 2002). Sobre esta questão, ver ainda: Donald L. Niewyk, org, *The Holocaust: Problems and Perspectives of Interpretation*, (D.C. Heath and Company, 1992).

28 Reinhart Koselleck, *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*, (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [original: 1979]), 162. A passagem foi extraída do ensaio “Ponto de vista, perspectiva e temporalidade: contribuição à apreensão historiográfica da história”.

não são mais discutíveis, com todo o reconhecimento do relativismo). Não podemos, por outro lado, discutir certos fatos. A origem única da humanidade que hoje recobre o planeta foi comprovada através de um sofisticado trabalho de pesquisa coletiva realizado em fins do último milênio a partir de análises do DNA humano; não há mais como alguém sustentar a hipótese de origem múltipla da humanidade atual, sustentando que cada “raça” tem uma origem diversa. O próprio conceito de “raça”, por exemplo, foi beneficiado por uma reavaliação antropológica e biogenética que dificulta a sua utilização nos dias de hoje. Não há como ignorar mais nos dias de hoje os resultados desta discussão conceitual para retroceder a um ponto anterior, como se fosse mera “questão de opinião”.

Se não há como discutir certos fatos notórios, é claro, haverá sempre o que discutir sobre que fatos escolher, ou, antes, sobre que fatos (notórios ou não) *constituir* através da pesquisa e da narrativa historiográfica. Escolher materiais, definir e nomear fatos, atribuir significância a isto ou aquilo é, como já fizemos notar, já um problema de interpretação. A relatividade impera nestes momentos. Mas, isso também é claro, o historiador não pode dizer tudo o que queira, como um ficcionista. Ele trabalhará sempre com uma “intenção de verdade”, com o suporte em fontes e evidências que realmente existam, e com as referências a uma realidade qualquer ou ao que se pense ter sido um dia uma realidade vivida (o imaginário, claro, é também aqui uma realidade, desde que tenha sido fixado em vestígios). Em consideração a esta tríade de compromissos – a ‘intenção de verdade’, as ‘fontes’, a ‘referência a uma realidade’ – parece até hoje ter se entretido o conjunto de realizações historiográficas. Por um bom tempo, ou quem sabe indefinidamente, será possivelmente assim, a não ser que haja uma radical transformação na matriz disciplinar da história. Mas, se isto ocorrer, ainda teremos História, ou teremos uma outra coisa?

O relativismo existe, enfim. Mas há “relativismos” e “relativismos”. A consciência da historicidade tem sido fundamental no homem moderno, e, mais do que a todos, não pode faltar ao historiador contemporâneo. Recair na posição cética é uma decisão e escolha que nem todos precisam seguir. O relativismo que leva ao ceticismo, ou mesmo ao imobilismo, é apenas um tipo específico de relativismo; nada ou pouco tem a ver com o relativismo que, de alguma maneira, tornou-se uma conquista da historiografia de nosso tempo.

Mesmo Paul Veyne – um historiador francês intensamente influenciado pela crítica encaminhada por Michel Foucault contra a habitual noção de verdade – admite um tipo de progresso que o conhecimento historiográfico pode realizar: no caso, o que ele chamou de “enriquecimento de repertórios tópicos”<sup>29</sup>. No ensaio *Como se Escreve a História*, escrito em 1971 – portanto

---

29 Paul Veyne, *Como se Escreve a História*, 105-ss.

no mesmo ano em que o filósofo polonês Adam Schaff (1913-2006)<sup>30</sup> escrevia o seu ensaio *História e Verdade*, e dois anos antes da publicação de *A Meta-História*, por Hayden White (n.1928)<sup>31</sup> – Veyne mostra-se pronto a reconhecer que a história da historiografia, com suas realizações, leva ao enriquecimento dos repertórios de tópicos, à ampliação de perguntas e problemáticas, e à ampliação do universo conceitual – em uma palavra, ocorre gradualmente um enriquecimento da “Cultura Histórica”. O que distinguiria o historiador mais recente do historiador mais antigo, em vista disto, seria uma maior abundância de idéias<sup>32</sup>. A História, em uma palavra, se de fato não “evolui” – uma palavra que já parece ter sido devidamente descartada da historiografia predominante em nossos dias – ao menos se enriquece significativamente à medida que se acumulam as realizações dos historiadores.

#### **El subjetivismo y el relativismo en la Historia**

**Resumen:** En este artículo se busca desarrollar algunas reflexiones sobre la cuestión historiográfica del relativismo y la subjetividad en la obra de los historiadores. La primera parte del artículo se basa en la reflexión Jörn Rüsen sobre los distintos tipos de intersubjetividad que afectan la operación de la historiografía. La segunda sección tiene por objeto establecer una distinción entre lo que es realmente afectados por el relativismo y el perspectivismo de la historia, y lo que todavía se puede hacer referencia a una objetividad en la historia, asegurando la expansión de una base efectiva de conocimiento histórico.

**Palabras clave:** Historiografía, el relativismo, el subjetivismo.

#### **Subjectivism and Relativism in the History**

**Abstract:** This article attempts to develop some reflections about the historiography question of the relativism and subjectivism in the work of the historians. The first part of the article is based in the reflections of Jörn Rüsen about the intersubjectivity that affects the historiography operation. The second part of the text aims to make a distinction between what is really affected by relativism and perspectivism in History, and what can yet be referred to the objectivity in history, assuring the enlargement of the effective basis of the historic knowledge.

**Key-Words:** Historiography, Relativism, Subjectivism

Submetido em: 20/02/2011 - Publicado em 19/05/2011.

---

30 Adam Schaff, *História e Verdade*, (São Paulo: Martins Fontes, 1978, [original: 1971]).

31 Hayden White, *A Meta-História – a Imaginação Histórica no século XIX*.

32 Posição análoga já havia sido sustentada por Benedetto Croce em seu ensaio *Teoria e História da Historiografia* (Benedetto Croce, *Theorie et l'Histoire de l'historiographie*, (Paris: Droz, 1968 [original: 1917]), 53).